

Gestão de Pessoas terá sistema moderno e integrado

A empresa Politec Tecnologia da Informação S/A apresentou, em 16 de novembro, a melhor proposta na licitação para a escolha do desenvolvedor do Sistema de Gestão de Pessoas, o primeiro a ser implantado no SIGJUS. A empresa vai participar da segunda fase da licitação, que consiste em uma prova de conceito do produto ofertado. A comissão avaliadora será composta por membros das áreas de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação dos cinco tribunais regionais federais e do Conselho da Justiça Federal.

O produto da Politec é o software SAP ERP versão (ECC) 6.0. Trata-se de uma solução integrada, capaz de atender às principais necessidades de negócio de uma organização por intermédio de seus componentes, dentre os quais o HCM (Human Capital Management, ou Gestão do Capital Humano), que oferece as melhores práticas de gestão de pessoas, incluindo a folha de pagamento. O software pode ser totalmente integrado aos sistemas existentes.

O componente HCM do SAP ERC suporta os processos de gerenciamento de talentos das organizações, aprimorando as fases do ciclo de recrutamento e capacitação de servidores, além de incluir uma plataforma capaz de gerenciar e integrar processos de aprendizagem, negócios e treinamento.

De acordo com o secretário executivo do SIGJUS, Misael Andrade, no que toca à gestão dos processos de pessoal, a solução suporta todas as fases do ciclo de relacionamento do empregado com a organização, desde o recrutamento até o desligamento,

Foto: Edson Queiroz



A licitação do SGP foi acompanhada pela equipe de TI do Conselho

dinamizando e integrando os processos essenciais de gerenciamento da força de trabalho: administração, folha de pagamento, gerenciamento de tempo e relatórios legais. Possibilita, também, a gestão de recursos humanos e sua alocação, conforme habilidades e disponibilidade.

A aplicação “Payroll Processing” prevê soluções consistentes para todas as situações que envolvem cálculo e pagamento. Extremamente flexível, o módulo oferece

rapidez no processamento do pagamento, ferramentas para a execução de formulários e relatórios, suporte técnico de regulamentação legal e integração com outros sistemas.

O módulo será útil também nos auto-serviços disponíveis para funcionários e gerentes. Eles permitem que o próprio servidor atualize seus dados e que os gerentes recrutem pessoas cujo perfil melhor se adeque às atividades pretendidas. 🌱

Foto: Edson Queiroz



Três empresas participaram da licitação

Seções judiciárias elogiam

“O SIGJUS representa o que há de mais moderno em termos de gestão pública no âmbito do Judiciário. Mais uma vez, a Justiça Federal sai na frente inovando e modernizando sua estrutura administrativa”. A afirmação é do juiz federal Frederico Wildson da Silva Dantas, vice-diretor do Foro da Seção Judiciária de Alagoas. Entusiasta do projeto, ele diz ter certeza de que, no futuro, o sistema será referência em outras áreas do Judiciário brasileiro. “Espero que a implantação do SIGJUS torne os procedimentos administrativos mais rápidos, simples e práticos, além de viabilizar a disseminação de boas experiências das seções judiciárias em âmbito nacional”, salienta.

Ao longo de seu primeiro ano de vida, o SIGJUS vem colecionando elogios de seus participantes, seja porque se trata de um projeto que está tornando realidade um antigo sonho de integração da Justiça Federal, seja porque seu objetivo final - informatizar os processos administrativos em um mesmo sistema – vai contribuir para melhorar significativamente a qualidade do trabalho prestado pelos órgãos.

O diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas e diretor substituto da Secretaria Administrativa da Justiça Federal na Paraíba, Luiz Carlos Soares Cavalcante, acredita no “absoluto sucesso” do SIGJUS. Ele participou do mapeamento de processos por meio da ferramenta Bizagi e coordenou o projeto na Seção Judiciária da Paraíba. “Desconheço, na história da Justiça Federal, a elaboração de um sistema, de uma forma de trabalho, com abertura para participação de todos os interessados: CJF, tribunais e seções judiciárias”, enfatiza.

O juiz federal Antônio Oswaldo Scarpa, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia, concorda com os benefícios do projeto. “O SIGJUS vai racionalizar e otimizar os procedimentos da área administrativa, trazendo para a Justiça Federal uma dinâmica própria da iniciativa privada. A Justiça tem de acompanhar a evolução dos tempos, não pode ficar estática, imóvel, em um mundo em constante mudança”, acredita.

Também o diretor do Foro da Seção Judiciária do Ceará, juiz federal José Parente Pinheiro, não mede elogios para a iniciativa, que, em sua opinião, é pioneira e de um verdadeiro desafio, uma vez que os processos de trabalho serão unificados a despeito das diversidades regionais que caracterizam a Justiça Federal. O diretor da Secretaria Administrativa do Ceará, José Maria Borges Neto, considera que o projeto vai propiciar uma gestão mais responsável, eficiente, unificada e coordenada.

Melhor aproveitamento do tempo de trabalho dos servidores e redução do uso de materiais são algumas das conseqüências do SIGJUS que serão sentidas na maior produtividade pelas equipes. “Espero que a implantação do sistema torne os procedimentos administrativos mais rápidos, simples e práticos, além de viabilizar a disseminação de boas experiências das seções em nível nacional”, diz o juiz Frederico Dantas.

O magistrado elogia a iniciativa do projeto de trabalhar junto aos tribunais regionais e às seções judiciárias, já que o grande problema da uniformização de procedimentos é a centralização das decisões. “Às vezes isso resulta em soluções divorciadas das realidades locais ou até mesmo

HISTÓRICO

TRF1 agenda licitação para contratação de um Sistema Integrado de Gestão Administrativa (e-Admin) para atender ao tribunal e a suas 14 seções judiciárias. O pregão é cancelado e o CJF determina estudos para desenvolvimento ou aquisição de uma solução a ser aplicada em toda a Justiça Federal

Encontro de gestores em Brasília identifica e analisa os principais sistemas em uso na JF e constata o baixo nível de informatização das atividades administrativas

Expedida Portaria PRES/ CJF Nº 19, 17/02/09, que institui grupo de trabalho (comitê gestor do SIGJUS). Capacitação dos servidores do CJF e TRFs para início das atividades de mapeamento de processos; e início do mapeamento de processos do TRF- 1ª Região em três turnos de trabalho

Prioriza processos área de Human

dez. 2008

jan. 2009

fev. 2009

mar.

Foto: Arquivo pessoal



Frederico Dantas, juiz vice-diretor do Foro de Alagoas

Foto: Arquivo pessoal




Luiz Cavalcante, diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas da Paraíba

implantação democrática

na modificação de procedimentos que até então vinham funcionando muito bem”, esclarece. Ele se diz convencido da importância de ouvir a opinião de quem está na linha de frente do trabalho e de buscar a disseminação das boas práticas já utilizadas. “Essa forma de organizar os procedimentos - com ampla participação e aproveitando a experiência já existente - é bem mais produtiva e tem mais chances de ser bem aceita do que simplesmente imaginar um sistema ideal e querer impor esse modelo a todos”, afirma.

O juiz federal Antônio Scarpa também defende a forma de implantação do SIGJUS: “É algo democrático e salutar, pois permite o compartilhamento de boas práticas administrativas e cria um ambiente favorável ao envolvimento de todos. Com metas claras e objetivos bem definidos, aliados a uma visão de conjunto, todos passam a ter noção da importância do seu trabalho e dos resultados esperados, e a motivação acontece naturalmente”, diz.

Para o magistrado, é perceptível a necessidade de uniformização de rotinas para que se alcance uma maior eficiência da máquina administrativa. “Mapear todos os procedimentos será um trabalho hercúleo, mas que valerá a pena”, garante. 



Passo a passo do SIGJUS na busca da rotina ideal

- Elabora lista prévia de processos
- Realiza mapeamento dos processos
- Consolida e revisa processos mapeados e elabora coleção de boas práticas
- Coleta contribuições para a coleção de boas práticas
- Valida os processos-padrão e a coleção de boas práticas
- Dissemina coleção de boas práticas e os processos-padrão



leio de Gestão de

Foto: Arquivo pessoal



Antonio Scarpa, juiz diretor do Foro da Bahia



Equipe comemora primeiro processo implantado

A Justiça Federal deu o primeiro passo para estar no mesmo patamar das grandes organizações mundiais. A declaração do secretário executivo do SIGJUS (Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal), Misael Andrade, no dia 20 de novembro, deu o tom da cerimônia de encerramento da fase piloto de sensibilização e treinamento do projeto, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Após concluir a etapa de implantação do processo “Gerenciar Férias” em todas as seções judiciárias da 1ª Região - o primeiro dos cerca de 400 processos de rotinas administrativas mapeados em toda a Justiça Federal -, a instituição iniciou, de forma efetiva, a meta de integrar, padronizar, dar transparência e mobilidade às atividades administrativas.

Presente à cerimônia, o vice-presidente do TRF1, no exercício da Presidência, desembargador federal Antônio Souza Prudente, elogiou a condução eficiente do CJF no projeto SIGJUS, enfatizando sua importância para o cumprimento da missão da Justiça Federal. “Sem eficiência na atividade-meio não se faz a boa distribuição da Justiça”, disse.

A secretária-geral do Conselho, Eva Maria Ferreira Barros, destacou a disseminação

do conhecimento e a integração entre o Conselho, os tribunais e as seções judiciárias resultantes do SIGJUS, com a criação de espaços para debate e compartilhamento de experiências. “Nosso árduo trabalho resultou na enorme credibilidade de todos com relação ao projeto. E isso nada mais é que o início de uma mudança cultural focada na otimização dos processos de trabalho e na visão da Justiça Federal como um todo”, afirmou.

Já para o diretor-geral do TRF1, Sílvio Ferreira, a participação do tribunal no projeto-piloto de mapeamento e implantação


de processos foi oportunidade única para a instituição conhecer a qualidade de seus talentos profissionais. Quanto à implantação do processo “Gerenciar Férias” nas seções judiciárias da 1ª Região, Sílvio Ferreira disse: “Pode ser pouco, mas a dimensão desse trabalho é incomensurável diante do avanço proporcionado à Justiça Federal”. O diretor-geral enfatizou os benefícios do SIGJUS para a sociedade e para a Justiça Federal: “Integração e padronização de rotinas vão nos deixar céleres e transparentes, além de mostrar ao cidadão que somos bem qualificados. A Justiça vive um momento de avanço”. 



Foto: Paulo Rosenberg

Misael Andrade: Justiça Federal no mesmo patamar das grandes organizações mundiais



Foto: Paulo Rosenberg

Secretária-geral do CJF, Eva Barros, enfatiza função integradora do SIGJUS